

VAZÃO ECOLÓGICA

CONTRIBUIÇÃO JURÍDICA
PARA FORMATAÇÃO DO
CONCEITO

Eldis Camargo – PGE/ANA

Meanders in the Amazon River near Manaus, Brazil (03°10' S, 60°00' W)
<http://www.yannarthusbertrand.org>

CONCEITO JURÍDICO DE VAZÃO ECOLÓGICA

- * NÃO GUARDA CONSENSO NORMATIVO**
- * NOMENCLATURA CONFUNDE-SE COM OUTROS TERMOS**
- * NÃO HÁ POSIÇÃO DOUTRINÁRIA E METODOLÓGICA DEFINIDA PARA SUA APURAÇÃO**

PROPOSTA DE PARADIGMAS JURÍDICOS PARA EMBASAR OPÇÃO TÉCNICA E DECISÃO POLÍTICA

BASES:

- 1. FUNDAMENTOS NORMATIVOS** (normas de direito relativas ao tema)
- 2. REFERÊNCIAS AXIOLÓGICAS** (valor moral e pecuniário)
- 3. CARÁTER SISTÊMICO** (conceitos que integram o sistema jurídico)

1. FUNDAMENTO CONCEITUAL

MATO GROSSO – RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2003, DO CERH – ART. 1º INCISO X - VAZÃO REMANESCENTE OU ECOLÓGICA: VAZÃO MÍNIMA QUE DEVE SER MANTIDA A JUSANTE DA BARRAGEM, ESTABELCIDA NO ATO DA OUTORGA;

RIO DE JANEIRO – PORTARIA SERLA Nº 307, DE 2000 – ART 15, INCISO VI: O CADASTRO DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DE DOMÍNIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DEVERÁ SER CONSOLIDADO POR BACIA HIDROGRÁFICA, CONTENDO NO MÍNIMO A VAZÃO MÍNIMA DO CORPO DE ÁGUA NECESSÁRIA À PREVENÇÃO DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL, À MANUTENÇÃO DOS ECOSSISTEMAS AQUÁTICOS, À GARANTIA DE CONDIÇÕES ADEQUADAS A OUTROS USOS E AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO QUANDO COUBER;

MINAS GERAIS – DECRETO Nº 41.579, DE 2001 – ART. 28, INCISOS I E II ESTABELECE QUE OS PLANOS DIRETORES DE RECURSOS HÍDRICOS CONTERÃO SUBSÍDIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS DE GESTÃO, EM ESPECIAL: (I) A VAZÃO REMANESCENTE OU ECOLÓGICA PARA USOS ESPECÍFICOS; E (II) VAZÃO DE REFERÊNCIA PARA O CÁLCULO DA VAZÃO OUTORGÁVEL

NO BRASIL, CADA ESTADO TEM ADOTADO CRITÉRIOS PARTICULARES E PROGRAMÁTICOS

2. REFERÊNCIAS AXIOLÓGICAS: FUNDAMENTOS DOS JUÍZOS QUE NOS LEVAM A CONSIDERAR ALGO VALIOSO OU CARENTE DE VALORES

JURÍDICO: ELUCIDA SOBRE QUAIS VALORES QUE SERÃO CORRETOS NA HORA DE ELABORAR OU APLICAR O DIREITO ESTUDO CIENTÍFICO DO TERMO “VAZÃO ECOLÓGICA”

TRÊS VERTENTES:

**2.1. CONCEPÇÃO MERAMENTE QUANTITATIVA (saldo hídrico)
“o rio não pode secar”**

2.2. CONSERVAÇÃO DA VIDA AQUÁTICA (conservação e manutenção do habitat aquáticos)

2.3. VISÃO SO SETOR ELÉTRICO (pulso hidrológico)

**2.3. VISÃO HOLÍSTICA DO CURSO DE ÁGUA
(conceber o regime ambiental das vazões, agregando a composição, estrutura e funções básicas do ecossistema fluvial, contemplando todos os aspectos bióticos e não bióticos e aspectos do meio ambiente)**

O MARCO LEGAL ACORDADO DEVE ABRAÇAR ESTA NOVA CONCEPÇÃO, PERCEPÇÃO SOCIAL DA NECESSIDADE DE ESTABELECE UM LIMIAR QUE ASSEGURE “RIOS VIVOS”

3. CARÁTER SISTÊMICO (CONCEITOS QUE INTEGRAM O SISTEMAS JURÍDICOS)

3.1. ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS SÃO RECURSOS AMBIENTAIS (ART. 3º INCISO V DA LEI Nº 6938, DE 1981);

3.2. MEIO AMBIENTE: CONJUNTO DE INTERAÇÕES DE ORDEM FÍSICA, QUÍMICA E BIOLÓGICA, QUE PERMITE, ABRIGA E REGE A VIDA EM TODAS AS SUAS FORMAS (ART. 3º INCISO V DA LEI Nº 6938, DE 1981);

3.3. MEIO AMBIENTE DEVE PROPORCIONAR À SADIA QUALIDADE DE VIDA E O EQUILÍBRIO ECOLÓGICO PARA AS PRESENTES E FUTURAS GERAÇÕES, É UM BEM DE USO COMUM e O DEVER DE PRESERVAR É DO PODER PÚBLICO E DA COLETIVIDADE (ART. 225 CF)

3.4. AS DIRETRIZES DA PNMA SERÃO FORMULADAS EM NORMAS E PLANOS DESTINADOS A ORIENTAR A AÇÃO DOS GOVERNOS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL, DOS TERRITÓRIOS E DOS MUNICÍPIOS NO QUE SE RELACIONA COM A PRESERVAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL E A MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECOLÓGICO, OBSERVADOS OS PRINCÍPIOS DO ART. 2º (EXEMPLO INCISO I: AÇÃO GOVERNAMENTAL NA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECOLÓGICO CONSIDERANDO O MEIO AMBIENTE COM UM PATRIMÔNIO PÚBLICO A SER NECESSARIAMENTE ASSEGURADO E PROTEGIDO TENDO EM VISTA O USO COLETIVO (DOMÍNIO EMINENTE))

PARÁGRAFO ÚNICO: AS ATIVIDADES EMPRESARIAIS PÚBLICAS OU PRIVADAS SERÃO EXERCIDAS EM CONSONÂNCIA COM AS DIRETRIZES DA PNMA

NA VERIFICAÇÃO DA VAZÃO ECOLÓGICA DEVEM SER OBSERVADAS AS INTERAÇÕES FÍSICAS, QUÍMICAS E BIOLÓGICAS QUE PROPORCIONEM A SADIA QUALIDADE DE VIDA E O EQUILÍBRIO ECOLÓGICO PARA AS PRESENTES E FUTURAS GERAÇÕES. O CONCEITO DEVE SER FORMULADO PELA COLETIVIDADE E PELO PODER PÚBLICO (DEVE PROVER A PRESERVAÇÃO DOS PROCESSOS ECOLÓGICOS)

3.5. POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

**FUNDAMENTOS: USOS MÚLTIPLOS, GESTÃO PARTICIPATIVA
(PODER PÚBLICO, USUÁRIOS E COMUNIDADES)**

**OBJETIVOS: DISPONIBILIDADE DE ÁGUA EM PADRÕES DE
QUALIDADE PARA AS PRESENTES E FUTURAS GERAÇÕES**

DIRETRIZES:

**ADEQUAÇÃO DA GESTÃO ÀS DIVERSIDADES FÍSICAS, BIÓTICAS,
ECONÔMICAS, SOCIAIS, CULTURAIS, etc.;**

**INTEGRAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL, USO E OCUPAÇÃO DO
SOLO, ZONA COSTEIRA, PLANOS SETORIAIS, etc.);**

**GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS COMUNS
(ARTICULAÇÃO: UNIÃO E ESTADOS)**

**TRANSVERSALIDADE: INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS (ESTUDO DE DOMÍNIO E COMPETÊNCIAS)**

REFLEXÕES PARA DETERMINAR O CONCEITO JURÍDICO

A PRESERVAÇÃO E A CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DEVEM SER CONSIDERADOS PARA VERIFICAR OS USOS MÚLTIPLOS?

TODOS OS ATORES DEVEM PARTICIPAR NA FORMULAÇÃO DO CONCEITO, CONSIDERANDO OS INTERESSES LOCAIS, VOCAÇÕES AMBIENTAIS, NECESSIDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS (UMA VEZ O INTERESSE DA BACIA)

A FIXAÇÃO DA VAZÃO ECOLÓGICA DEVE ATENDER AS OUTRAS POLÍTICAS DETERMINADAS PARA A BACIA (ZEE, ZONEAMENTO AGRÍCOLA, SETOR ELÉTRICO, etc)

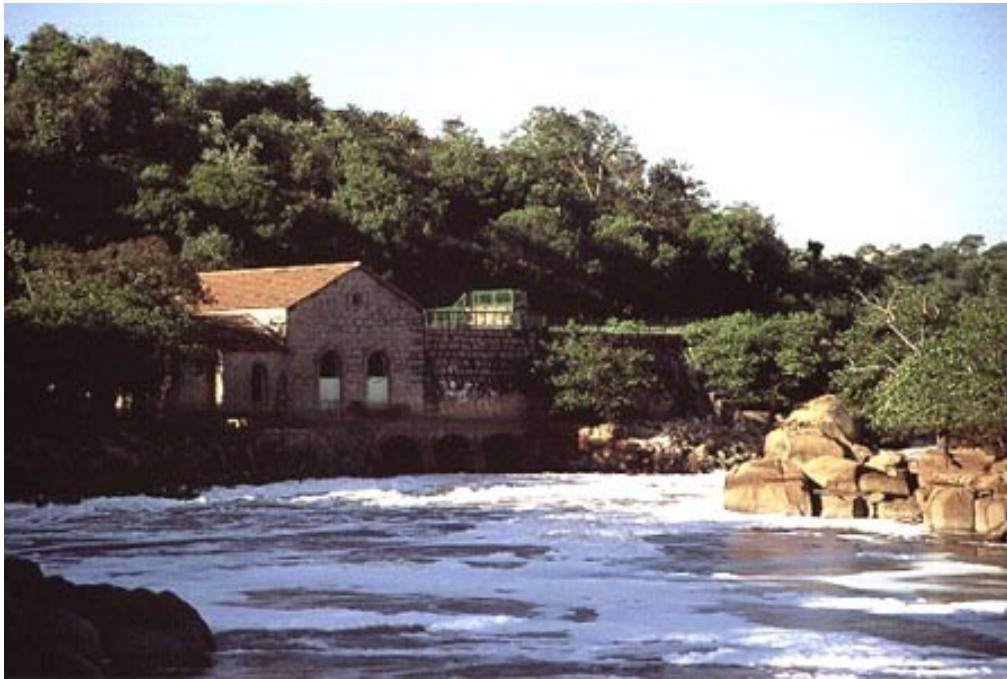
CONVÊNIOS DEVEM SER INCENTIVADOS PARA PROPORCIONAR A TRANSVERSALIDADE PARA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DE INTERESSE COMUM ENTRE ENTES FEDERADOS

QUAL A VAZÃO ECOLÓGICA?



CONCLUSÕES PARA FORMATAÇÃO DO CONCEITO

- 1. A APLICABILIDADE DE UM CONCEITO JURÍDICO DEVE ESTAR FORMATADO NO CONTEXTO DAS FONTES DE DIREITO**
- 2. DETERMINAR AS ATRIBUIÇÕES (COMPETÊNCIA MATERIAL) DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES ENVOLVIDAS (ESTUDO DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL)**
- 3. COMPETÊNCIA FORMAL: UNIÃO LEGISLA SOBRE ÁGUAS (INTERPRETAÇÃO SISTÊMICA COM O ART. 24 E 30 CF)**
- 4. IMPORTÂNCIA DOS PLANOS**
- 5. IMPRESCINDÍVEL A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA**
- 6. INSERIR ASPECTOS DO MEIO AMBIENTE NATURAL, ARTIFICIAL E CULTURAL**
- 7. METODOLOGIAS E OPÇÕES POLÍTICAS**



**A geometria reduz
toda superfície circundada
por linhas à figura do
quadrado e todo corpo à
figura do cubo; a
aritmética faz o mesmo
com suas raízes cúbicas
e quadradas; essas
duas ciências só tratam
da quantidade
contínua e descontínua,**

**mas não da qualidade, que é a beleza da obra da natureza e
ornamento do mundo**

**(Leonardo da Vinci: escrito para o projeto feito para tornar
navegável o rio Arno)**

OBRIGADA

Eldis Camargo: advogada, Especialista em
Educação Ambiental e Derecho del Ambiente
Mestre em Direito Ambiental, Doutoranda
em Energia Elétrica